

Anexo IV

Metas Fiscais

IV.7. Evolução do Patrimônio Líquido

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

O patrimônio líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, a diferença entre o total do ativo e do passivo após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), integram o patrimônio líquido os seguintes itens:

a) Patrimônio/Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

b) Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

c) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Também integra a conta de Resultados Acumulados a conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A evolução do patrimônio líquido da União apresenta uma tendência de queda por conta do passivo a descoberto ao longo dos três exercícios em análise (sendo que estamos tratando a queda como o aumento do patrimônio líquido negativo). Quando comparados os exercícios de 2021 e 2022, o patrimônio líquido reduziu 0,52%, aproximadamente, ao passo que comparados os exercícios de 2022 e 2023, houve uma queda de 7,63%, aproximadamente, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido da União nos últimos três exercícios: (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) (em R\$)-

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	AV (%)	2022	AV (%)	2021	AV (%)
Patrimônio/Capital	52.593.313.932,64	-0,94%	50.548.213.532,68	-0,98	48.939.480.165,85	-0,95
Reservas	727.351.498.864,77	-13,04%	2.249.310.354,97	-0,04	2.385.815.773,88	-0,05
Resultados Acumulados	-6.359.060.042.136,87	113,98%	-5.236.470.742.746,03	101,54	-5.208.435.616.462,84	101,00
TOTAL	-5.579.115.229.339,45	100,00%	-5.183.673.329.745,14	100,00	-5.157.110.320.523,11	100,00

Fonte: SIAFI

No exercício de 2021, a variação total do PL representou uma redução de aproximadamente R\$ 735,6 bilhões. As principais movimentações foram:

(a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, de R\$ 617,6 bilhões negativos;

(b) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 114,3 bilhões, referentes a ajustes realizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na conta de bens imóveis, afetando negativamente o patrimônio líquido;

(c) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 101,3 bilhões, referentes ao reconhecimento de espelhos d'água no Município de Vitória pela Superintendência do Patrimônio da União do Espírito Santo (SPU/ES), afetando positivamente o patrimônio líquido;

(d) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 88,4 bilhões, referentes à baixa contábil de glebas da Amazônia Legal efetivada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), afetando negativamente o patrimônio líquido.

No exercício de 2022, a variação total do PL representou uma redução de aproximadamente R\$ 26,6 bilhões. As principais movimentações foram:

(a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, de R\$ 89,5 bilhões negativos;

(b) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 98,6 bilhões, referentes ajustes de passivo atuarial realizados pelo Ministério da Defesa relativo às obrigações atuariais do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), afetando positivamente o patrimônio líquido;

(c) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 48,8 bilhões, referentes ao registro do passivo exigível da Lei Complementar nº 176/2020 relativo a estados e municípios, afetando negativamente o patrimônio líquido.

Já em 2023, a variação do PL representou uma redução de aproximadamente R\$ 395,4 bilhões. As principais movimentações foram:

(a) Aumento do resultado patrimonial negativo em 2023 em R\$ 668,3 bilhões, reduzindo a situação patrimonial líquida no período;

(b) Ajustes de avaliação patrimoniais de ativos e passivos, no valor de R\$ 60,7 bilhões negativos;

(c) Reservas em geral, especialmente apropriações em reserva de reavaliação de bens imóveis, no valor de R\$ 784,8 bilhões.

(b) Ajustes de exercícios anteriores, no valor total de R\$ 222,5 bilhões negativos;

(d) Apropriações diversas em superávits ou déficits anteriores, no valor total de R\$ 232,0 bilhões negativos.